



Quo vadis, Hamas?

Where are you going, Hamas?

Liana Araújo Lopes¹ • Maio de 2014

Resumo:

Este artigo examina a trajetória do Hamas desde sua fundação em 1987. Explora, ainda, o curso que tem tomado, considerando eventos ocorridos na arena política palestina e fatores externos após sua vitória nas eleições parlamentares de 2006.

Palavras-chave: Hamas, Fatah, Autoridade Palestina

Abstract:

This article examines Hamas's trajectory since its foundation in 1987. It also explores the path it has taken, considering events that happened in the Palestinian political arena and external factors after its victory in the 2006 parliamentary elections.

Key words: Hamas, Fatah, Palestinean Authority

¹ Doutorado em Relações Internacionais. Coordenadora do mestrado em estudos sobre a paz e conflitos da Universidade de Uppsala, Suécia. Professora convidada na mesma universidade na disciplina desenvolvimento e conflito armado.

Movimento de Resistência Islâmico, ou Hamas², foi formado em 14 de dezembro de 1987, poucos dias após a eclosão da primeira Intifada (1987-1993³). Foi fundado como um desdobramento da Irmandade Muçulmana em Gaza, tendo como principal objetivo substituir o Estado de Israel por um Estado islâmico que se estenderia sobre a Faixa de Gaza e Cisjordânia. Sua visão quanto à Palestina se distingue, portanto, da natureza secular de Estado delineado pela Organização para Libertação da Palestina⁴ (OLP). Ademais, por cerca de duas décadas, buscou enfraquecer essa organização e seu grupo majoritário, o Fatah (Movimento Palestino de Libertação)⁵.

Conforme seu primeiro comunicado, o Hamas afirmava que a resistência à ocupação dos territórios palestinos por Israel seria o meio para se alcançar uma solução para os problemas de seu povo e o estabelecimento de um Estado na histórica Palestina. Destacou, também, a centralidade

da doutrina islâmica nesse processo, sendo sua visão de nacionalismo baseado em preceitos religiosos. Dessa forma desenvolveu-se como um movimento de liberação nacional fundamentado em uma estrutura distinta da OLP em termos políticos, culturais, sociais e de militância.

Desde sua origem, possui um importante papel social e político na Faixa de Gaza e Cisjordânia, além de ser considerado um legítimo representante da causa palestina por uma significativa parcela da população. Sua legitimidade reside, também, no fato de ser um dos principais responsáveis pelo fornecimento de serviços essenciais a palestinos sob os efeitos da ocupação e operações militares israelenses. Pode-se ainda dizer que consiste em um movimento agregando duas dimensões: uma, política, caracterizada por um forte sentimento nacionalista e de resistência à ocupação israelense; outra, religiosa, em que valores islâmicos são tomados como referencial para suas estratégias de socialização do povo palestino e de constituição de seu futuro Estado.

Hamas entre 1994 e 2006

As críticas do movimento islâmico à OLP se acentuaram entre 1993 e 2001, no âmbito dos Acordos de Oslo por considerá-los uma capitulação, já que não contemplaram os direitos dos palestinos⁶. Ainda, as tensões entre o Hamas e

² Acrônimo de Harakat Al-Muqawama Al-Islamiyya.

³ Revolta popular palestina

⁴ Essa organização, criada em 1964, veio a ser considerada pela Liga Árabe como legítima representante do povo palestino em 1974. Uma referência sobre a OLP é *The PLO: the struggle within. Towards an independent Palestinian state*, de Alain Gresh (Zed Books, 1985).

⁵ Criada no exílio por países árabes, a OLP passou a ser conduzida por organizações palestinas (sob a liderança do Fatah), somente após a guerra árabe-israelense de 1967.

⁶ Os acordos foram criticados por outros grupos islâmicos e por grupos seculares integrantes da OLP, em particular, a Frente Popular de Liberação Palestina e a Frente Democrática para a Liberação da Palestina (LOPES, 2006).

aquela organização se explicam pela balança de poder formada com os acordos. Vale dizer, como resultados das negociações com Israel, a liderança da OLP pôde retornar do exílio e ocupar os principais cargos do autogoverno interino⁷. Ademais, a Autoridade Palestina (AP), estabelecida em 1994, foi formada majoritariamente por membros do Fatah.

Grupos de oposição ao Fatah interpretaram as eleições de 20 de janeiro de 1996 como um produto do processo de Oslo. Sendo assim, por acreditarem que sua participação seria uma aprovação dos acordos que rejeitavam, bem como uma legitimação de Yasser Arafat no poder, não concorreram naquelas eleições. Por conseguinte, o partido obteve 77% dos assentos do Parlamento e seu líder, Arafat, foi eleito com 88,2% dos votos populares (LOPES, 2006, p. 171). Apesar da abstenção de vários grupos naquele pleito e da conjuntura socioeconômica desfavorável aos palestinos, o apoio popular ao Fatah era expressivo naquela década⁸.

⁷ A Declaração de Princípios, ou Acordo de Oslo I, apresenta o objetivo de se fundar uma autoridade palestina a ser eleita, sob o formato de um autogoverno por um período interino não superior a cinco anos, conforme havia sido proposto nas negociações para a paz em Madri em 1991 (LOPES, 2006, p. 114).

⁸ Em uma pesquisa de opinião pública realizada em dezembro de 1995, 55% dos respondentes disseram preferir o Fatah e 10% dos entrevistados votariam no Hamas (CPRS Poll, n.21). Em outra enquête feita entre 28 e 30 de junho de 1996, o Fatah era o grupo com o maior percentual de aprovação: 39,3% na Cisjordânia e 49,7% na Faixa de Gaza. O Hamas, por sua vez, possuía o apoio de 8,8% da população da

Até a Intifada de Al-Aqsa em 2000, o partido foi bem-sucedido com a eleição de Mahmoud Abbas para o cargo de presidente da AP em janeiro de 2005. Contudo, o Hamas alcançou bons resultados nas eleições municipais naquele ano. De igual forma, confirmou sua ascensão política em 2006, ao obter a maioria dos assentos parlamentares, elegendo, ainda, Ismail Haniyeh para o cargo de primeiro-ministro.

A vitória do movimento islâmico nas eleições para o Conselho Legislativo, naquele ano, se deve a um conjunto de fatores que remontam a uma década de insucessos da AP, assim como às políticas restritivas por parte de Israel e à estagnação nas negociações para uma resolução do conflito israelense-palestino. De mais a mais, o presidente Abbas não era um líder tão popular e carismático quanto Arafat. O Hamas se beneficiou desse cenário, além de ter recebido do público os créditos da retirada israelense da Faixa de Gaza em 2005. Registre-se, também, que o grupo teve um aumento de 55% de sua popularidade entre novembro de 2004, quando do falecimento de Arafat, e dezembro de 2005 (SHIKAKI, 2007, p. 6). Ainda, a partir de 2005, o partido de Haniyeh passou a adotar uma estratégia distinta daquela seguida até então, lhe assegurando votos entre os eleitores seculares. Enfatizando um discurso nacionalista e mod-

Cisjordânia e 6,2% na Faixa de Gaza (PEACE MONITOR, 1996, p. 121).

erado, seus líderes nos territórios palestinos decidiram concorrer às eleições criando o Partido Mudança e Reforma. Sua plataforma propunha uma reforma administrativa e o combate à corrupção, duas das principais reivindicações da população palestina ao criticar a gestão do Fatah. Note-se que não se mencionou a destruição de Israel como define sua Carta de 1987. Mas é feita uma referência ao direito do povo palestino finalizar a ocupação recorrendo a todos os meios, incluindo a luta armada (HROUB, 2006, p. 10). Além disso, desde seu programa político de 2005, tem adotado uma abordagem mais amena em termos da imposição da shari'a⁹ na Faixa de Gaza (KURZ, BERTI e KONRAD, 2012).

Sua decisão em participar de instituições democráticas estabelecidas no âmbito dos Acordos de Oslo é sem dúvida um sinal de transformação do Movimento de Resistência Islâmico. Contudo, sua atuação na arena política como um partido não representou uma renúncia a seus objetivos iniciais. Vale dizer, mantém sua meta de finalizar a ocupação israelense, defender o direito de retorno dos refugiados palestinos e estabelecer um Estado, tendo Jerusalém como sua capital. Ainda, integrar o Conselho Legislativo possibilita à sua liderança adquirir maior legitimidade em outros segmentos da sociedade. Seu sucesso nas eleições parlamentares foi um

marco em sua trajetória, caminhando, pois, de uma posição marginal na sociedade em direção ao status de uma das principais organizações militares e políticas palestinas.

Desdobramentos das eleições de 2006

Em seguida às eleições parlamentares em janeiro de 2006, medidas tomadas por atores externos agravaram a situação socioeconômica palestina, ameaçando o processo democrático em curso. Israel restringiu o fluxo de produtos e pessoas para a Faixa de Gaza, além de ter interrompido a transferência de fundos para a AP, reduzindo, por conseguinte, seus recursos em 60% (SHIKAKI, 2007, p. 7). Imediatamente após as eleições, o Quarteto (Estados Unidos, União Europeia, Rússia e ONU) condicionou sua assistência econômica aos palestinos, ao reconhecimento de Israel pelo Hamas e que este renunciasse à violência, bem como aceitasse os acordos de paz já firmados entre a AP e Israel. Em fevereiro de 2006, antes mesmo de o novo governo ser confirmado pelo Parlamento, os Estados Unidos requereram à AP a devolução de uma verba que lhe havia sido doada para a construção de escolas, casas e estradas na Faixa de Gaza. Isto posto, as sanções internacionais e o boicote diplomático sobre o Hamas objetivavam torná-lo mais moderado ou, ainda, causar seu enfraquecimento por meio da perda de apoio popular por causa de sua baixa capacidade governativa.

⁹ Um conceito religioso do islamismo referente a um sistema de regras e obrigações que as sociedades muçulmanas devem seguir (PASSIA, 2004, p. 112).

Tão logo o Parlamento aprovou o novo governo, Haniyeh e sua equipe tentaram buscar um diálogo com Israel e o Quarteto. O novo primeiro-ministro ressaltou que seu governo permitiria a continuidade das conversações pela paz entre Mahmoud Abbas e Israel. Além disso, o recém-nomeado ministro das relações exteriores, Mahmoud al-Zahar, anunciou que a nova administração gostaria de discutir a paz fundamentada na proposta de dois Estados. O Movimento de Resistência Islâmico demonstrava, naquele momento, claras mudanças em suas estratégias.

Entretanto, os gestos do Hamas não renderam frutos. Os Estados Unidos, que classificam o grupo como terrorista, ordenaram a seus diplomatas não contatarem nenhum de seus membros nem qualquer pessoa que estivesse trabalhando com o partido, independente de sua filiação partidária. Outra medida tomada pelo governo estadunidense, em 2006, foi a proibição de empresas de seu país realizarem quaisquer tipos de transações com a AP. Junto a isso, as sanções externas levaram a um declínio das atividades econômicas e limitaram substancialmente a provisão de bens públicos. O objetivo de punir o Hamas afetou, também, o pagamento dos 164 mil funcionários da AP e, consequentemente, cerca de um milhão de seus dependentes, em sua maioria, aliados do Fatah (EISENSTADT, 2007, p. 16).

Com o agravamento das condições de vida nos territórios palestinos e a drástica redução dos recursos da AP, os atritos entre o Hamas e Fatah tornaram-se recorrentes ao longo de 2006. Depois de algumas tentativas de conciliação entre as partes, ambos os partidos acordaram em formar um governo de unidade nacional em fevereiro de 2007. No entanto, o acordo não durou muito, posto que as divergências entre os dois se acentuaram. Sua incompatibilidade caracteriza-se pelo fato de cada um se concentrar em interesses particulares, em vez de buscarem desenvolver uma agenda comum que contemple os interesses nacionais. Ressalte-se, ainda, que o acordo não definia como o poder seria compartilhado entre as partes.

Por conseguinte, a competição política entre os dois partidos tomou o formato de confrontos mútuos e a escalada da violência nos territórios palestinos em maio e junho de 2007. Na sequência desses acontecimentos, o Hamas expulsou membros do Fatah que ocupavam instituições governamentais na Faixa de Gaza. Como resposta à tomada daquela região, o presidente da AP, Abbas, declarou estado de emergência, formou um novo governo e nomeou Salam Fayyad para o cargo de primeiro-ministro.

Desde então, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia se tornaram duas entidades políticas governadas, respectivamente, pelo Hamas e pela AP/Fatah, sendo que cada um possui suas próprias forças de segurança, restringe ou impede as

atividades dos membros do grupo rival. Essa dinâmica tem aprofundado, por sua vez, a polarização entre os dois grupos e as divisões na sociedade palestina.

Para onde caminha o Hamas?

Com a crise político-econômica se agravando¹⁰ em 2007-2008, as críticas ao Movimento de Resistência Islâmico se intensificaram¹¹. O descontentamento com suas táticas violentas no plano doméstico, sua inabilidade em atender as necessidades básicas da população e os confrontos com o Fatah afetaram seu grau de apoio popular.

Todavia, em princípios de 2008, o Hamas recuperou parte de seu prestígio por sua intervenção na reabertura da fronteira com o Egito¹².

¹⁰ Em 2007, o desemprego na Faixa de Gaza estava em torno de 44%, sendo que mais de 80% de sua população dependiam de alimentos fornecidos por organizações internacionais (EISENSTADT, 2007). Em 2008, 51,8% das famílias residentes na Faixa de Gaza e 19,1% na Cisjordânia encontravam-se abaixo da linha de pobreza (HILAL, 2010, p. 31). A guerra de Israel contra Gaza em 2008-2009 agravou esses problemas (HILAL, 2010, p. 31).

¹¹ Uma pesquisa de junho de 2007 revelava que, em caso de novas eleições, o Fatah venceria com 43% e o Hamas receberia 33% dos votos (PSR, Poll n. 24).

¹² Em dezembro de 2006, 36% dos entrevistados em uma enquete votariam no Hamas, sendo que o Fatah receberia 42% dos votos (PSR, Poll n. 22). Em outra pesquisa realizada um ano depois, o Hamas teria 31% dos votos e o Fatah contaria com 49% do apoio dos eleitores (PSR, Poll n. 26). Em uma enquete conduzida entre 23 de janeiro e 3 de fevereiro de 2008, 34% dos votos para o parlamento seriam para o Hamas e 46% para o Fatah (PSR, Special Poll, 2008). Por outro lado, comparando a administração de Haniyeh e Fayyad, o primeiro tinha uma aprovação

Observe-se, porém, que a população continuava reprovando o fato de o mesmo recorrer ao uso da força como meio para manter o controle sobre a Faixa de Gaza¹³. No entanto, a Guerra contra Gaza, executada por Israel em 2008-2009, favoreceu a liderança daquela região¹⁴. O mesmo se constata quando da Operação Pilar de Defesa realizada pelo exército israelense contra aquele território em novembro de 2012¹⁵.

Nota-se, pois, uma oscilação no nível de apoio popular ao partido de Haniyeh desde sua eleição ao Conselho Legislativo. Na ocorrência de ofensivas militares israelenses sobre a Faixa de Gaza, o Hamas tem maior aceitação popular. Por outro lado, quando os ataques são interrompidos, sua baixa capacidade governativa e o impasse com o Fatah no estabelecimento de um

de 43%, enquanto o segundo era positivamente avaliado por 37% dos entrevistados (PSR, Special Poll, 2008). Logo após a reabertura do entreposto em Rafah (fronteira com o Egito), em março de 2008, o índice de popularidade de Haniyeh era de 47% (PSR, Poll n. 46).

¹³ Setenta e dois por cento da população desaprovavam o uso da violência pelo Hamas na manutenção do controle da Faixa de Gaza (PSR, Special Poll, 2008).

¹⁴ A popularidade do Hamas passou de 28%, em dezembro de 2008, para 33%, em março de 2009 (PSR, Poll n. 31).

¹⁵ Para oitenta e um por cento de entrevistados em uma pesquisa, o Hamas foi vitorioso naquela guerra. Ainda, Haniyeh venceria Abbas caso houvesse novas eleições presidenciais em dezembro de 2012 (48% e 45% dos votos, respectivamente). Em uma pesquisa três meses antes, o quadro era o inverso (51% dos votos para Abbas e 40% dos entrevistados elegeriam Haniyeh). (PSR, Poll n. 46).

governo de unidade nacional são fatores levando a uma queda de sua popularidade¹⁶.

Caso o status quo se mantiver, ou seja, não ocorrendo uma reconciliação entre o Fatah e o Hamas, se as condições de governo deste último continuarem limitadas pelos fatores externos anteriormente mencionados, e na ausência de uma nova ofensiva israelense, o partido de Abbas provavelmente deve vencer as urnas em eleições parlamentares. Consoante uma pesquisa de opinião pública sobre as intenções de voto para o Conselho Legislativo, realizada em setembro de 2013, 38% dos entrevistados votariam naquele partido, enquanto 31% elegeriam o Hamas. Ainda segundo essa enquete, para o posto de presidente da AP, Haniyeh perderia para Mahmoud Abbas ou Marwan Barghouti, ambos do Fatah¹⁷.

Contudo, dada a pequena margem de diferença no percentual de preferência de votos dos eleitores, mesmo se o Fatah obtiver a maioria dos assentos no parlamento e vencer as eleições presidenciais, possivelmente terá dificuldades em

implementar sua agenda. Poder-se-ia chegar a uma paralisia decisória no governo no que diz respeito a questões que ainda revelam distintos posicionamentos quanto às negociações com Israel, demarcação de fronteiras e ao formato do futuro Estado palestino, a saber, secular ou islâmico.

Junto aos problemas enfrentados nas esferas política e econômica, o Hamas encontra-se diante de desafios decorrentes de certos eventos no Oriente Médio e no interior do grupo. Em nível regional, o movimento islâmico depara-se com dilemas relacionados aos desdobramentos da guerra civil na Síria - país em que alguns de seus membros mantinham um escritório - e a crise no Egito, a partir da deposição de Mohammed Morsi, membro da Irmandade Muçulmana. Trata-se, pois, de um momento de revisão de suas alianças regionais.

Ao tomar partido dos revolucionários no conflito sírio, o Hamas perdeu o apoio do regime de Bashar Assad, um de seus principais financiadores. Com a saída de sua liderança de Damasco em janeiro de 2012, o movimento esperava que o novo regime de Morsi, eleito em julho de 2012, se tornasse seu aliado político. Entre as questões em que o novo presidente poderia favorecer os palestinos, estava a abertura de uma rota para o comércio da Faixa de Gaza. No entanto, a deposição do presidente egípcio por militares, em 3 de julho de 2013, e a continuidade dos protestos em seu país constituem com-

¹⁶ Vale conferir a enquete feita entre 21 e 23 de junho de 2012 pelo *Palestinian Center for Policy and Survey Research*, Poll n. 44.

¹⁷ Até o momento em que este artigo foi elaborado, não havia sido definida uma data para as eleições parlamentares e presidenciais. Mas, conforme a enquete pública mencionada acima, Abbas receberia 51% dos votos se disputasse as eleições para o posto de presidente com Haniyeh que, por sua vez, receberia 42% de votos. O percentual de votos para este último cairia para 35% se concorresse para a presidência da AP com Marwan Barghouti que, por seu turno, obteria 58% dos votos (PSR, Poll n. 49).

plicadores para a atual situação do governo do grupo de Haniyeh. Em outras palavras, uma vez que esse país volta-se para suas questões domésticas, é possível que Haniyeh e seus aliados não recebam suficiente apoio a favor de seu posicionamento no embate com o partido de Abbas. E, mais recentemente, as relações entre autoridades de Gaza e Cairo têm sido afetadas por causa do tráfico ilegal por meio de túneis entre suas fronteiras (WHITE, 2013, p. 138), assim como pela acusação pelo exército egípcio que palestinos têm participado em alguns confrontos no Sinai.

Como foi dito acima, o Hamas tem lidado com certos desafios relacionados à dinâmica entre membros do próprio grupo. Em certa medida, as tensões refletem fatores que afetam o posicionamento de seus líderes sobre temáticas tais como o reconhecimento ou não de Israel e, consequentemente, os limites territoriais do futuro Estado, e sua integração à OLP, organização que sempre criticaram. Esses fatores são, a saber: sua separação geográfica devido à descontinuidade territorial entre a Faixa de Gaza e Cisjordânia; local de residência, ou seja, nos territórios palestinos ou no exterior; seus papéis no Movimento de Resistência Islâmico (em atividades militares, religiosas ou de governança). Seguindo a mesma lógica, tem havido discussões sobre a criação de um novo partido separado do movimento e de seu braço armado (ICG, 2012, p. 16).

No que se refere ao plano ideológico, há distintas visões acerca de determinadas questões relacionadas a princípios fundacionais do movimento. De um lado, encontram-se Mahmoud al-Zahar e outros defensores do princípio da luta armada contra Israel e a manutenção das relações com o regime do Irã. De outro, há quem argumente a alternativa de se recorrer a meios não violentos na busca de uma solução para os problemas palestinos.

Um dos principais representantes desse segundo grupo é Khaled Meshal, líder do Hamas desde 2004. Seguindo essa ordem de ideias, Meshal negociou no Cairo um acordo com a AP em maio de 2011, o qual foi ratificado em um encontro com Abbas em Doha, em fevereiro de 2012. Essas ações, sem a anuência da liderança em Gaza, geraram mais divergências no movimento. Segundo o acordo, considera-se Abbas como o futuro chefe do governo de unidade nacional a ser implementado. Claro está que tal arranjo, sem a aprovação da liderança em Gaza, dificulta uma reconciliação entre Haniyeh e Abbas. As negociações entre ambos trataram, também, das novas eleições palestinas para a presidência e para o legislativo, assim como para o Conselho Palestino Nacional, um órgão da OLP.

Mesmo que não se vislumbre, em curto prazo, a implementação do acordo ratificado em Doha, não parece provável que o mesmo seja revogado. Primeiramente, a liderança do mo-

vimento islâmico na Faixa de Gaza, que já se encontra em uma posição vulnerável diante de seu eleitorado e de sanções internacionais, possivelmente comprometeria ainda mais seu apoio doméstico. Vale lembrar que pesquisas de opinião pública têm indicado um considerável percentual de palestinos a favor da reconciliação entre Hamas e Fatah (PSR, Poll, n. 47). Em segundo lugar, uma quebra do acordo teria custos nas relações entre o movimento islâmico e Qatar que, por sua vez, facilitou as negociações entre Meshal e Abbas.

Dados o contexto da dinâmica regional e o enfraquecimento da liderança da AP para negociar uma solução para a causa palestina, as tensões acima apontadas podem levar a mudanças mais substantivas no Movimento de Resistência Islâmico. Destaque-se, também, que as divisões internas no grupo e em sua esfera doméstica favorecem a Israel. No entanto, caso consigam conciliar seus distintos posicionamentos a favor dos interesses nacionais, nas linhas de argumentação de Meshal e Abbas; e se o Hamas tiver representação na OLP, os palestinos teriam sua posição mais fortalecida em uma mesa de negociação com os israelenses¹⁸. Por outro lado, resta saber se Israel aceitaria negociar com a OLP e a AP compostas por integrantes do Hamas. De igual forma, a resolução do conflito entre os dois

povos, também, depende da reação dos Estados Unidos sobre a inclusão de representantes do movimento islâmico em conversações para a paz.

Considerações Finais

Conforme exposto ao longo deste artigo, em sua trajetória o Hamas passou por mudanças em sua agenda. Algumas de suas linhas de ação têm gerado divisões no grupo que podem levar a uma redefinição de algumas de suas estratégias com implicações na dinâmica intra-palestina, assim como no conflito israelense-palestino.

Ao concentrar a análise no Movimento de Resistência Islâmico e em suas relações com seu principal grupo oponente, Fatah, pretendeu-se chamar a atenção para a complexidade de questões na esfera doméstica palestina que representam desafios para seu governo, assim como para uma resolução do conflito com Israel, ainda que indiretamente.

Cabe, ainda, refletir sobre duas questões referentes à formação de um governo de unidade nacional. A primeira diz respeito à relação entre o compartilhamento de poder e a administração do conflito entre o Hamas e Fatah. A segunda trata da conexão entre compartilhamento de poder e intervenção externa no atual impasse entre esses dois grupos. Ambas concernem ao estabelecimento de um arranjo em que as partes decidam coexistir sem recorrerem à violência.

Estudos sobre compartilhamento de poder salientam que um arranjo político entre grupos conflitantes favorece a construção de um

¹⁸ Considerando-se o fato de não haver um Estado Palestino, creio que a participação e representação dos grupos palestinos por meio da OLP sejam essenciais.

sistema político democrático capaz de criar mecanismos que evitem as tendências centrífugas em sociedades divididas (SISK, 1996, p. 77). Seguindo essa linha de raciocínio, restrições tais como a aplicação de veto, a introdução de pactos de segurança mútua, e a oferta de assentos em altos cargos no governo são exemplos de incentivos que poderiam ser criados para a cooperação entre o Hamas e Fatah. Nessa direção, considera-se relevante que as práticas de compartilhamento de poder se desenvolvam em um ambiente em que as partes se comprometam a identificar “um destino comum” (SISK, 1996, p. 77).

De acordo com estudos sobre essa temática, não é necessário existir uma cultura política ou valores comuns. Mas, é preciso haver um conjunto mínimo de condições para a adoção de práticas regulatórias para eventuais conflitos após o arranjo político entre as partes. Sua conscientização sobre essa necessidade constitui uma condição fundamental em um processo de paz. Trata-se, pois, de entenderem que a conciliação de seus interesses não representa uma forma de subjugar o outro mas, antes, um meio de se determinar, conjuntamente, soluções para suas divergências (SISK, 1996, p. 78). Dentre os incentivos que levariam grupos em conflito a criarem tal compromisso e mecanismos que regulem os conflitos estão: a existência de uma ameaça externa comum; o reconhecimento de que o conflito tem implicações sobre a esfera econômica; e o nível de violência decorrentes dos

confrontos (SISK, 1996). No caso examinado neste artigo, as três condições são notórias.

Contudo, dado o histórico das relações entre o Hamas e Fatah desde 2006, a implementação de práticas de compartilhamento de poder sugere a importância de uma mediação para o controle do conflito. Tal processo dependeria não só da capacidade de agentes externos ao conflito persuadirem as partes a negociarem mas devem, também, simultaneamente envolver outros setores da sociedade que não participaram dos confrontos (SISK, 1996, p. 85). Diz respeito a se alcançar o que Horowitz argumenta sobre a necessidade de se “encontrar uma base mínima para viverem juntos” (1985, p. 583). Ainda, de se incluir outros atores capazes de legitimamente representarem as demandas sociais, a exemplo dos bem-sucedidos processos de negociação na África do Sul, em Moçambique e na Irlanda do Norte (OHLSON e SÖDERBERG, 2002, p. 29).

Referências

- CENTER FOR PALESTINE RESEARCH AND STUDIES (CPRS) Polls. Survey Research Unit. Poll n. 21, Dec. 7-10, 1995. Disponível em <<http://www.pcpsr.org/survey/cprspolls/94/poll1.html>>. Acesso em 20 de out. 2013.
- EISENSTADT, Michael. The Palestinians between state failure and civil war. Policy Focus, n. 78, The Washington Institute for Near East Policy, dez. 2007.
- GRESH, Alain. The PLO: the struggle within. Towards an independent Palestinian state. Zed Books, 1985.
- HILAL, Jamil. Hamas's rise as charted in the polls, 1994-2005. Journal of Palestine Studies, vol. 35, n. 3, p. 6-19, 2006.
- HILAL, Jamil. The polarization of the Palestinian political field. Journal of Palestine Studies, vol. 39, n. 3, p. 24-39, 2010.

HOROWITZ, Donald. *Ethnic groups in conflict*. Berkeley, University of California Press, 1985.

HROUB, Khaled. A “New Hamas” through its new documents. *Journal of Palestine Studies*, vol. 35, n. 4, p. 6-27, 2006.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). *Light at the end of their tunnels? Hamas & the Arab uprisings*. Middle East Report, n. 129, 14 agosto de 2012, 52 p.

KURZ, Anat; BERTI, Benedetta; KONRAD, Marcel. The institutional transformations of Hamas and Hizbollah. *Strategic Assessment*, vol. 15, n. 3, out. 2012.

LOPES, Liana Araújo. *A Autoridade Palestina e a resolução do conflito com Israel*. 2006. Tese (doutorado). PUC, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro. 278p.

OHLSON, T; SÖDERBERG, M. *From intra-state war to democratic peace in weak states*. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University, 2002.

PALESTINIAN CENTER FOR POLICY AND SURVEY RESEARCH (PSR). *Public opinion polls: numbers 22-48*. Disponível em <<http://pcpsr.org>>. Acesso em 30 out. 2013.

PASSIA – Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs. *Dictionary of Palestinian Political Terms*. Jerusalem, 2004.

PEACE MONITOR: 16 February-15 May 1996. *Journal of Palestine Studies*, vol. 25, n. 4, p. 114-124, 1996.

SHIKAKI, Khalil. *With Hamas in Power: impact of Palestinian domestic developments on options for the peace process*. Working Paper 1. Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University, fev. 2007.

SISK, Timothy D. *Power sharing and international mediation in ethnic conflicts*. United States Institute of Peace. Washington, D. C., 1996.

WHITE, Ben. Quarterly update on conflict and diplomacy. *Journal of Palestine studies*, vol. 42, n. 4, p. 126-149, 2013.

Recebido em: 14 de dezembro.

Aceito em: 8 de fevereiro.